

SENTIDOS DICIONARIZADOS DE DEFICIÊNCIA

MEANINGS OF DICTIONARY ENTRY OF DEFICIENCY

Valdinéia Ferreira dos Santos¹

Resumo: *Considerando que a significação é histórica, não no sentido temporal, mas no sentido de que é determinada pelas condições sociais de sua existência e que os sentidos são normatizados pelos dicionários, nos propomos, neste artigo, a analisar as designações da palavra deficiência em 04 (quatro) dicionários de Língua Portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI. Nosso principal interesse aos analisar esses textos é compreender as relações de sentidos da palavra deficiência em dicionários de diferentes épocas. Teoricamente, esta pesquisa se inscreve na perspectiva da Semântica do Acontecimento pela possibilidade que ela nos oferece de analisar a língua como uma dispersão de regularidades linguísticas constituída historicamente. Empregamos o conceito de Domínio Semântico de Determinação – DSD, desenvolvido por Eduardo Guimarães, no Brasil, para representar a constituição dos sentidos da palavra analisada em diferentes épocas, bem como, analisar em que período histórico a pessoa com deficiência é incluída nas significações do verbete deficiência.*

Palavras-chave: *Sentidos; Deficiência; Dicionário.*

Abstract: *Whereas the historical significance is not in the temporal sense, but in the sense that is determined by social conditions of their existence and that the senses are regulated by the dictionaries, we propose in this paper to analyze the descriptions of the word disability in 04 (four) Portuguese dictionaries of the XVIII, XIX, XX and XXI. Our main interest is to analyze these texts to understand the relations of disability senses of the word in dictionaries of different ages. Theoretically, this research fits in the semantics of the Event by the possibility that it offers us to analyze the dispersion of language as a historically constituted linguistic regularities. We employ the concept of Semantic Domain of Determination - SDD, developed by Eduardo Guimarães, Brazil, to represent the constitution of the senses of the word analyzed at different times, and to evaluate the historical period in which the disabled person is included in the meaning of the entry disabilities.*

Keyword: *Meanings; Deficiency; Dictionary.*

1 Introdução

Nosso objetivo neste artigo é analisar enunciativamente a palavra *deficiência*, observando as relações de sentidos dessa palavra com outras palavras, com as quais se relaciona, e os sentidos que lhe são atribuídos em sociedades de diferentes épocas, em dicionários de língua portuguesa.

A partir do funcionamento político e histórico dos sentidos da palavra *deficiência*, analisar a significação dessa palavra na linguagem é reconhecer a pluralidade de uns sentidos

¹ Mestranda em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE). Cáceres, Brasil, e-mail: valpedagoga@hotmail.com

e o apagamento de outros, dependendo das relações de determinação com outras palavras que se estabelecem em cada acontecimento enunciativo.

Para a análise, selecionamos como *corpus* os seguintes dicionários: *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Antonio Moraes Silva, 1789; *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, 1832; *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1975; e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss, 2001.

Adotamos o quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, teoria desenvolvida por Eduardo Guimarães (2005), que define a enunciação como acontecimento de linguagem no qual se dá a relação do sujeito com a língua, sendo também decisivos na constituição do acontecimento, a temporalidade e o real. O acontecimento ocorre no espaço de enunciação, enquanto espaço constituído de línguas e falantes, isto é, “espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político” (GUIMARÃES, 2011, p. 18).

Para Guimarães (2011), o acontecimento não é um fato novo no tempo, ele temporaliza, e se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro. Dessa forma, o acontecimento recorta um passado de sentidos (memorável) que convive com o presente da formulação, projetando um futuro de sentidos que só significa pelo acontecimento em questão.

Guimarães (2011, p. 09) define a designação como

o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.

Desse modo, o estudo de sentido das palavras deve considerar “a relação das palavras com algo que está fora delas” (GUIMARÃES, 2007, p. 77).

O Domínio Semântico de Determinação, instrumento analítico criado por Guimarães (2007) para desenvolver a análise das relações de sentido de uma palavra com outras, é constituído pela relação com a história de enunciações rememorada no acontecimento. O Domínio Semântico de Determinação (doravante DSD) é definido como “uma análise de uma palavra” (p. 81), e explica o funcionamento do sentido da palavra no *corpus* especificado, assim, não se pode antecipar ou prever nenhuma realidade a que as palavras remetem, pois elas aparecem nos textos com um passado, com uma história de enunciação.

O DSD representa as designações de uma palavra ou expressão através de vários procedimentos, dentre eles, o da reescrituração e a da articulação. A reescrituração é o procedimento “pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). A articulação “diz respeito às relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (GUIMARÃES, 2007, p. 87-88). Esses procedimentos constituem a textualidade, produzindo sentidos, ou porque retoma, reescrevendo outra expressão, ou porque se articula, estabelecendo relações semânticas. Através deles observaremos o cruzamento de sentidos que constitui as designações de *deficiência*.

As relações que constituem o sentido de uma palavra no DSD são representadas por sinais específicos: \vdash ou \dashv ou \perp ou \top (que significam determina); --- (que significa sinonímia) e o traço _____ dividindo um domínio semântico de outro (que significa antonímia). Deste modo, o DSD é constituído pelas relações de determinações.

Assim, ao pensar a palavra *deficiência* como algo simbólico nas relações sociais, nos indagamos sobre os sentidos constituídos na circulação dessa palavra na sociedade brasileira: que sentidos essa palavra adquire? Que sentidos são apagados quando outros são constituídos? Que sentidos se mantêm?

2 A questão da deficiência

Durante o meu trabalho em sala de aula com alunos com deficiência, pude observar como as nomeações que designam a pessoa com deficiência foram surgindo na enunciação escolar, tais como “aleijado”, “defeituoso”, “doente mental”, “excepcional”, “inválido”, “incapaz”, dentre outras. Observei, também, que a designação dada ao sujeito deficiente ia se modificando, o que me instigou a refletir sobre os sentidos de *deficiência* postos como naturalizados nos dicionários de Língua Portuguesa de diferentes épocas.

A história da humanidade revela que as diversas sociedades trataram pessoas com deficiência de várias formas (SILVA, 1986). Segundo Telford e Sawrey (1978), todo desenvolvimento ou comportamento anormal do indivíduo na história foram interpretados e justificados na crença de espíritos malignos. Embora novos contextos vão sendo contruídos no decorrer do tempo e do espaço, observamos que as formas de tratamento institucional ou

não da pessoa com deficiência foram semelhantes nas diferentes sociedades, sendo segregadas e excluídas do convívio social (SILVA, 1986).

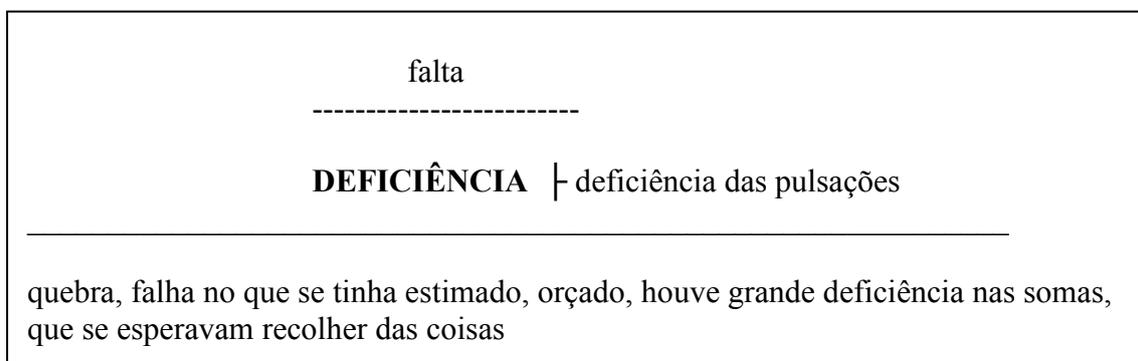
3 Análises – descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra *deficiência*

Nosso interesse por analisar as designações da palavra *deficiência* nos dicionários se deu por nos colocar em contato com a língua em diferentes épocas, e também pelo saber lexicográfico que o dicionário institui. Segundo Auroux (1992), o dicionário, enquanto instrumento linguístico, produzido em diferentes condições sócio-históricas, garante a unidade imaginária de uma língua e, através das definições lexicográficas, regulam e estabilizam os sentidos.

Na perspectiva que adotamos, o dicionário não se reduz a um simples manual de consulta, mas como possibilidade de questionamentos das evidências, ao considerar a historicidade das significações produzidas nos dicionários. Assim, esses instrumentos linguísticos, ao mesmo tempo em que apreendem, também distribuem sentidos que identificam os sujeitos nos diferentes espaços.

Iniciamos as análises com o primeiro monolíngue do Português, *Dicionário da Língua Portuguesa*, organizado por Antonio de Moraes Silva, publicado em Portugal em 1789, que conceitua *deficiência* como: £ £ falta v. g.; *deficiência das pulsações*. § *quebra, falha no que se tinha estimado, orçado, houve grande deficiência nas somas, que se esperavam recolher das coisas*.

Constituição do DSD 1:



Onde se lê: *deficiência das pulsações* determina *deficiência*, que mantêm uma relação de sinonímia com *falta*, que está numa relação de antonímia com *quebra, falha, no que se tinha estimado, orçado, houve grande deficiência nas somas, que se esperavam recolher das coisas*.

Este dicionário surgiu na segunda metade do século XVIII e teve grande repercussão na lexicografia portuguesa no Brasil e em Portugal, tornando-se referência nos séculos posteriores. Na publicação do dicionário, a deficiência era tratada ora como impedimento à reprodução perfeita da prole, ora como pessoa que deveria ser tolerada, causando isolamento e segregação através das políticas de caridade e assistencialismo. (SILVA, 1986; PESSOTI, 1984).

A primeira acepção de *deficiência* é *falta*, a palavra se apresenta de forma indeterminada, sem predicação. Embora Moraes não apresente a etimologia do verbete *deficiência*, acreditamos que a ausência de um enunciado definidor para *falta*, indica um sentido compreendido como único, como um efeito de evidência do sentido etimológico de *deficiência*: *falta, enfraquecimento*. Assim, *falta* rememora a etimologia da palavra remetendo a *deficiência* significada na falta.

No dicionário Moraes, *falta* significa *carência de alguma coisa*. Nesse sentido, podemos dizer que *deficiência* significa *falta* ou *carência de algo*.

Verificamos que o dicionário não apresenta a entrada dos verbetes “deficiente” e “excepcional”, mas traz o verbete “inválido”, que é definido como *adj. fraco, enfermo, que não pôde servir por doença; ou velhice [...]*.

De acordo com Sasaki (2003), os termos *inválido* e *excepcional* foram usados durante muitos anos para se referir à pessoa com deficiência, que era vista pela sociedade como pessoa inútil, um peso para sociedade e fardo para a família.

Na segunda acepção, *deficiência* é reescrita por repetição por *deficiência das pulsações*, e a expressão *das pulsações* determina *deficiência*. Guimarães (2007) diz que reescrever é redizer, ressignificar algo, ou seja, ao se reescrever algo se predica outra palavra. A acepção em estudo rememora as doenças cardiovasculares, uma das principais causadoras de óbitos em Portugal e no Brasil, inclusive os efeitos nocivos do tabagismo na União Europeia.

Na terceira acepção *quebra, falha no que se tinha estimado, orçado, houve grande deficiência nas somas, que se esperavam recolher das coisas*, há uma relação de antonímia com *deficiência*, designando orçamento ou custos financeiros necessários a algo ou a alguma coisa. Ao contrário da primeira acepção, na terceira não há indeterminação, pois *quebra, falha no que se tinha estimado [...]* se define como algo que quebra ou falha na previsão orçamentária de algo ou alguma coisa.

Observamos que o espaço de enunciação em que se dão as designações de *deficiência* no Moraes, não diz sobre deficiência relacionada ao sujeito com deficiência, ou seja, há um apagamento da pessoa com deficiência e as designações resultantes deste domínio semântico incluem sentidos de algo que falta, que falha, e também de doenças ou relações econômicas.

É interessante notar que, embora as pessoas com deficiência fizessem parte das sociedades desde os povos primitivos, começando pelos hebreus que viam na deficiência uma forma de punição de Deus, os significados de *deficiência* em Moraes, se distanciam das significações do sujeito com deficiência. Todavia, isso não quer dizer que esse sujeito não foi significado nessa época, pois ele é enunciado e significado em outro lugar, com outra designação, em que o sujeito com deficiência fica pressuposto nas designações do verbete *inválido*, como já mencionado acima.

No dicionário de Silva Pinto, publicado em 1832, no município de Outro Preto-MG, o verbete *deficiência* é assim definido: *s. f. Falta. Quebra.*

O DSD 2 fica assim constituído:

DEFICIÊNCIA | falta | quebra

Onde se lê: quebra, determina falta, que determina deficiência.

Silva Pinto foi o primeiro brasileiro (de formação lusitana) a escrever, no Brasil, o primeiro *Dicionário da Língua Brasileira*. No período da publicação do dicionário, no Brasil discutiam-se as reformas liberais e vários movimentos no Império contestavam a identidade e cidadania do país, a sociedade começava a questionar e a debater a questão da língua brasileira e Silva Pinto contribuiu fornecendo léxicos de origem europeia.

Comparando o DSD 2 com o DSD 1, observamos uma redução das acepções da palavra *deficiência* no acontecimento da enunciação, os sentidos são limitados a algo que *falta*, que *quebra*. O locutor-lexicográfico não define *falta*, *quebra*. A primeira acepção reproduz a acepção de Moraes em que *falta* repete e reforça os sentidos já postos, rememorando as significações de *deficiência* de Moraes.

Em *quebra*, notamos um deslizamento de sentidos, já que a acepção é indeterminada, os sentidos de relações econômicas do Moraes é suprimido. Ao contrário do DSD 1 que define *quebra*, no DSD 2 não há um enunciado definidor. Isso nos levou analisar o verbete

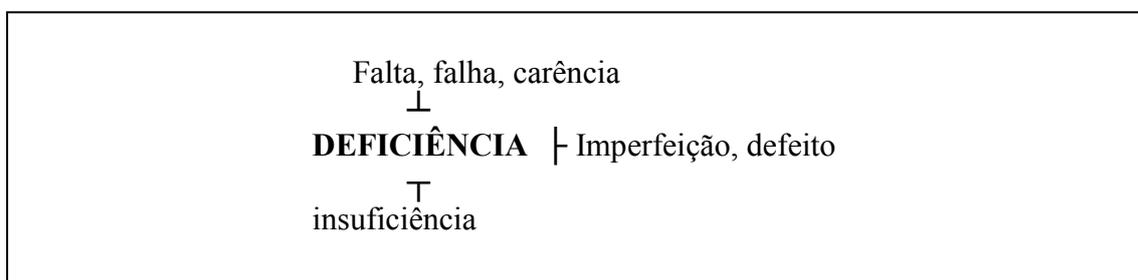
quebra, sendo definido por Silva Pinto como [...] *separar, desunir as partes de um todo*[...]. Assim, nos deparamos com a polissemia de uma palavra: enquanto *quebra* no DSD 1 é determinada pelas relações econômicas, no DSD 2 a acepção é indeterminada, indicando a passagem para uma enunciação geral, direcionando *quebra* a vários sentidos, isto é, ocorre uma deriva dos sentidos ao reescrever *quebra*. Dessa forma, *quebra* passa a determinar *deficiência*, através de sentidos que se constituem no funcionamento enunciativo (OLIVEIRA, 2006).

Como vimos, os sentidos de *deficiência* em Silva Pinto são semelhantes aos de Moraes, todavia, começa a haver um deslocamento observado particularmente na acepção *quebra*, já que *falta* retoma sentidos já postos.

Antes de passarmos ao terceiro dicionário, queremos ressaltar que não consta entrada dos verbetes *deficiente* e *excepcional* no dicionário em análise, e quanto ao verbo *inválido*, as acepções são semelhantes às de Moraes. A ausência desses registros chama atenção pelo fato de que no século XIX, como resultado das ideias humanistas da Revolução Francesa, as pessoas com deficiência começam a receber maior atenção por parte da sociedade em geral, momento em que surgem organizações para investigar os tipos de deficiência e vários profissionais começam a se interessar por essa questão, especialmente pela deficiência mental. Nesse período se inicia a visão da deficiência como estado ou condição superando a visão de doença (AMARAL, 1995).

No dicionário do Aurélio (1975), *deficiência* é definida como: [Do lat. Deficientia.] S.f. 1. *Falta, falha, carência; Imperfeição, defeito.* 2. *Med. Insuficiência.*

Constituição do DSD 3



Onde se lê: *falta, falha, carência* e *insuficiência* determinam *deficiência*, que é determinada por *imperfeição, defeito*.

Em 1975 publica-se, no Rio de Janeiro, a primeira edição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, conhecido como Aurélio. Segundo Nunes (2002), esse dicionário foi o

mais utilizado nos últimos anos do século XX, e passou a circular num período de consolidação da lexicografia nacional, momento em que os dicionários brasileiros são mais utilizados que os portugueses. Nesse período, a pessoa com deficiência vivencia a fase da integração, sendo vista pela sociedade como sujeito que deve gozar dos mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

No Aurélio desaparece o sentido de *quebra*, que trazia para a cena, dentre outros sentidos possíveis no acontecimento enunciativo, as relações econômicas (DSD 1), ganhando força os sentidos de *falta*, *falha*, *carência*, acepções que se reconfiguram no espaço de enunciação do dicionário em análise. Assim, as significações de *quebra* são apagadas e são mantidas as significações de *deficiência* como algo que falta.

Temos a entrada das acepções *imperfeição* e *defeito* no verbete *deficiência*, e com isso um deslizamento de sentidos através da passagem de um discurso científico para um discurso informal, do senso comum, em que *deficiência* se inscreve num espaço de enunciação da divisão entre *imperfeição* e *defeito*, rememorando os sentidos de deficiência enquanto algo que falta dos dicionários anteriores ao mesmo tempo que incorpora o sentido de *falta* à falta de perfeição, defeito. Temos assim, um conflito de sentidos entre o científico e o popular, já que a acepção *defeito* foi empregada até a década de 80, como termo genérico para referir a pessoa com deficiência, tanto na linguagem popular quanto em textos legais. (SASSAKI, 2003; LEI Nº 4613/65). Nessa medida, permanecem no Aurélio os sentidos de deficiência como algo que falta, ainda que atualizados.

A acepção *insuficiência* vinculada à medicina, atualiza uma memória de deficiência associada à doença. Essa acepção se inscreve no espaço de enunciação, muito particular, o das ciências médicas.

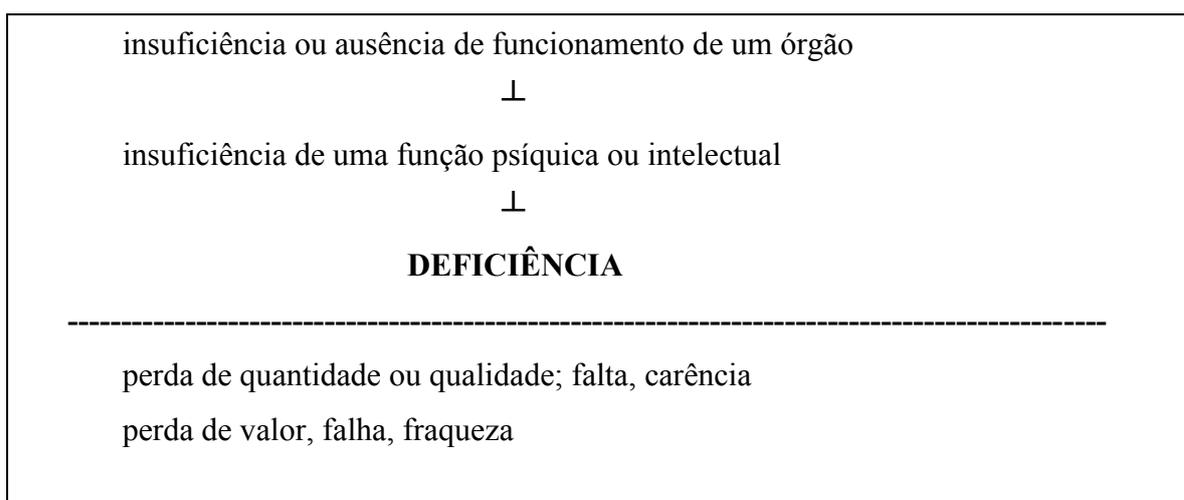
Como as acepções de *deficiência* aparecem indeterminadas no Aurélio, analisamos o verbete *deficiente*, sendo definido como: 1. em que há deficiência; falho, imperfeito; 2. pessoa que apresenta deficiência física ou psíquica. Desse modo, observamos que no presente DSD, os sentidos de deficiência retornam e atualizam a memória do embate entre deficiência/doença (DSD 1).

Passamos agora ao último dicionário em análise, o de Antônio Houaiss, 2001, que define deficiência como: *sf (1661 cf.RB) 1 MED insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão <d.glandular> 2 PSIQ insuficiência de uma função psíquica ou intelectual <d. mental> <d. sensorial> 3 p.ext. perda de quantidade ou qualidade; falta, carência <d. de recursos> <d. de vitaminas> 4 p. ext. perda de valor; falha, fraqueza <há que suprir as d. da*

educação pública primária>. ETIM lat.tar. *deficientia,ae* ‘falta, enfraquecimento’, der. de *deficiens,ntis part. pres. de deficere* ‘abandonar, faltar’; ver faz. SIN/VAR ver sinonímia de *imperfeição*. ANT *excesso, plethora, sobrepujamento*; ver tb. sinonímia de *perfeição*.

Tendo em vista que as palavras escolhidas como sinônimas admitem/permitem mais de um sentido, Houaiss, além de sinonimizar, define as acepções dos verbetes.

Desta forma, o DSD 4 fica assim constituído:



Onde se lê: *insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão* determina *insuficiência de uma função psíquica ou intelectual*, que determina *deficiência*, que está numa relação de sinonímia com *perda de valor, falha, fraqueza* e *perda de quantidade ou qualidade, falta, carência*.

No século XXI, embora com ações lentas, houve um grande avanço nas formas de tratamento da pessoa com deficiência. Segundo Andrade (2000, p. 35),

durante muito tempo, as pessoas portadoras de deficiência estiveram em situação de manifesta sujeição, que chegou a criar, até, condição de marginalidade. O movimento reivindicatório teve início quando começou seu processo de autovalorização e elas passaram a se reconhecer como integrantes de um grupo.

No espaço de enunciação do século XXI, Houaiss define *deficiência* a partir de dois enunciadores definidores: um da medicina e outro da psiquiatria. Observamos que nas relações semânticas, o locutor-lexicográfico inclui duas acepções por extensão de sentidos, que são as acepções *perda de quantidade ou qualidade; falta, carência* e *perda de valor; falha, fraqueza*, informa a indicação morfológica do verbete como substantivo feminino e a etimologia, inclui o sinônimo e antônimo do verbete e cita exemplos em cada acepção.

No DSD 4, *deficiência* é reescriturada por substituição por *insuficiência* ou *ausência*, por *perda*, *falta*, *carência*, e por *falha* e *fraqueza*. Assim, todas as acepções reescrevem *deficiência*, mas de modos diferentes. As acepções *insuficiência* ou *ausência de funcionamento de um órgão* e *insuficiência de uma função psíquica ou intelectual* reescrevem *deficiência* por definição. O segundo modo é por substituição em *perda de quantidade ou qualidade*; *falta*, *carência* e *perda de valor*, *falha*, *fraqueza*, que reescrevem *deficiência* por extensão de sentidos, que funcionam no acontecimento como significações da palavra entrada. No entanto, ocorre uma indeterminação nas acepções *perda de quantidade ou qualidade*; *falta*, *carência* e *perda de valor*; *falha*, *fraqueza*, ou seja, não há uma estrutura sintática definidora, como nas acepções *insuficiência* ou *ausência de funcionamento de um órgão* e *insuficiência de uma função psíquica ou intelectual*.

Segundo Zattar (2010, p. 5), a designação de um nome não é constituída pelo significado denotativo ou literal, “mas pela relação de sentido que se estabelece com outros nomes em determinadas condições”. Então, ao retomar o DSD4, observamos que o funcionamento da palavra *deficiência* é marcada pela presença do interdiscurso, isto é, os sentidos da palavra *deficiência* se constituem por uma determinação enunciativa que os DSDs descrevem e interpretam.

É interessante notar que, na acepção *perda de valor*; *falha*, *fraqueza*, o locutor-lexicográfico cita o exemplo de *deficiência* na educação pública, rememorando discurso político.

Embora no DSD 4, *falta*, *carência*, *falha*, *fraqueza* retoma sentidos já postos nos dicionários anteriores, as acepções *insuficiência* ou *ausência de funcionamento de um órgão* e *insuficiência de uma função psíquica ou intelectual* fortalece os sentidos de *deficiência* associada à pessoa.

Na discursividade do século XXI, a palavra *deficiência* circula para referir-se à pessoa com *deficiência* mental, física, entre outras. O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, considera *deficiência* como *toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano*. Já o decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, considera como *deficiência* a *limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade [...]*, definindo como categorias a *deficiência física, auditiva, visual e mental*.

Observamos que os sentidos atribuídos à *deficiência* no texto legal diferem dos sentidos dicionarizados. A palavra *deficiência* na contemporaneidade rememora o discurso da inclusão, novo paradigma do século XXI, que é tido como um modelo social de deficiência. O movimento é liderado por pessoas com deficiência com objetivo de combater as barreiras da sociedade que impedem a inserção social do sujeito deficiente, inclusive as políticas discriminatórias e práticas preconceituosas. No entanto, podemos perceber que os sentidos de *deficiência* nos discursos oficiais como [...] *incapacidade para o desempenho de atividade* [...] rememoram os sentidos do verbete *inválido* visto no Moraes.

Desse modo, os sentidos de *deficiência* ditos de outro lugar de dizer são outros, pois a língua funciona em relação desigual aos falantes, e embora as palavras sejam definidas no dicionário, no acontecimento enunciativo elas ganham outros sentidos. Concordamos com Zattar (2011, p.14), quando afirma que

dizer algo de novo não se reduz meramente a uma repetição, mas a uma nova forma de dizer o mesmo, o que significa dizer de um outro lugar, afetado pelo interdiscurso, de modo que se altera, se modifica, torna a significar os sentidos atribuídos anteriormente.

Podemos dizer que o funcionamento da palavra *deficiência* é marcado pelo memorável da enunciação, da etimologia quando mobiliza as acepções *insuficiência, falta, fraqueza, limitação, incapacidade*. Embora a etimologia *deficientia, ae 'falta, enfraquecimento*, não seja definidora, ela é rememorada através de algumas acepções, remetendo ao modelo médico de deficiência. Isso nos possibilita visualizar, além do sentido etimológico, o lugar da normatividade apresentada pelo dicionário, caracterizando a divisão do sentido etimológico em outros que também designam *deficiência*.

Observamos através do percurso das designações analisadas do verbete *deficiência*, um movimento de divisões polissêmicas, em que os sentidos vão se atualizando ou se apagando, inscrevendo o dizer em novos espaços, com novas divisões.

Segundo Oliveira (2006, p. 21),

todo dizer é histórico, na medida em que é sempre dizer de um sujeito, isto é, de um indivíduo interpelado ideologicamente, e é político, porque entre as regiões do interdiscurso há divisão, dominância, movência, o que produz a contradição própria do político.

Nesse sentido, através das análises dos dicionários, compreendemos que as palavras passam por um processo de mudança, as quais vão se acrescentando ou eliminando acepções, em um movimento não só lingüístico, mas social (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

4 Considerações finais

Analisar a palavra *deficiência* na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento é reconhecer que os sentidos não se reduzem à etimologia da palavra e nem se restringem aos sentidos estabilizados, legitimados através das definições lexicográficas dos dicionários. Percebemos que os sentidos se desnaturalizam, se desestabilizam pela presença do interdiscurso, e, através das relações da palavra com outras, vão se constituindo os sentidos na/pela história.

Ao analisar as relações de sentido da palavra *deficiência* a partir do dispositivo analítico Domínio Semântico de Determinação – DSD, percebemos nos dicionários que os sentidos de *deficiência* mudam, algumas acepções permanecem, outras são excluídas e outras acrescentadas. Isso nos possibilitou compreender que o movimento dos sentidos se dá através da distribuição dos dizeres na enunciação e ao sair da evidência, constatamos que várias palavras e expressões funcionam no acontecimento enunciativo como designação de *deficiência*, especificando, predicando e atualizando sentidos.

Assim, ao enunciar, o acontecimento torna-se um fato de linguagem, adquirindo pertinência social, na medida em que a dimensão da memória entra em relação com a atualidade do dizer (DIAS, 2011).

Referências

ANDRADE, D. L. P. A. Portadores de deficiência: sujeitos de direitos. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, a.10, n.9, p. 35-38, 2000.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no Português do Brasil. In: NUNES, J.H. e PETTER, M. (Org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. Campinas, SP: Pontes, 2002, p. 65-82.

_____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998, p. 13-22.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 07 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 07 fev. 2012.

_____. Lei nº 4.613 de 02 de dezembro de 1965. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiências**. 2 ed. Brasília, 2006, p. 25. Disponível em: <http://www.miltonmonti.com.br/arquivos/downloads/legislacao_portadoresdeficiencia.pdf>. Acesso em 08 dez. 2011.

CANASSA, M. C. **Designação e argumentação em uma ação popular da cidade de São Carlos**. 2007. 78 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2007.

COSTA, F. C. V. **Designação e referência**: uma análise enunciativa do Censo Demográfico 2000. 2004. 76 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004.

DIAS, L. F. Memória, enunciação e lugares sintáticos. In: PEREIRA, A.E; LEFFA, V.J. (Org.). **Linguagens**: metodologias de ensino e pesquisa (prov). Pelotas: Educat, p. 1-11, 2011.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP:RG, 2011.

_____. Quando o eu se diz ele: análise enunciativa de um texto de publicidade. **Revista da Anpoll**, Niterói, vol. 1, n. 29, p. 15-39, 2010.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 1, p. 49-68, (ago. 1978), maio de 2009.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M.C. (Org.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.77-96.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LORENTZ, L. N. **A norma da igualdade e o trabalho das pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo: LTr, 2006.

MACHADO, C. P. **Política e sentidos da palavra preconceito**: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX. 2011. 258 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2011.

MORAES S. A. de. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Officina de Seimão Thaddeo Ferreira, 1789.

OLIVEIRA, S. E. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

PESSOTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

SASSAKI, R. K. Como chamar as pessoas que tem deficiência. In: SASSAKI, R. K. **Vida independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR 2003, p. 12-16.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

TELEFORD, C. W; SAWREI, J. M. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZATTAR, N. A corte portuguesa mudou-se ou fugiu para o Brasil? In: **Web revista discursividade** – Versão eletrônica. 9. ed. 2012. Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br>. Acesso em 08 mai. 2012.

_____. **Cartas de Alforria**: liberdade enunciada. 2011. ENALIHC. (no prelo).

Data de recebimento: 25 de abril de 2012.

Data de aceite: 11 de julho de 2012.